

O RECONHECIMENTO DA PATERNIDADE E EDUCAÇÃO DE QUALIDADE: DIREITOS DA CRIANÇA QUE SE COMPLEMENTAM?

SILVA JUNIOR, Jonas Batista.
LEITE, Yoshie Ussami Ferrari.
FCT-UNESP – Presidente Prudente.
FERREIRA, Luis Antonio Miguel.

Promotoria de Infância e Juventude de Presidente Prudente.

Com a evolução da sociedade, a estrutura da família passou de uma concepção ideológica fundamentada na figura paterna, para um modelo monoparental, onde, na maioria das vezes, a mãe é responsável pela manutenção da família, podendo ocorrer o não reconhecimento da paternidade da criança. Hoje, tal reconhecimento é um direito da criança que extrapola a vontade dos genitores, é assegurado na Constituição Federal e no Estatuto da Criança e do Adolescente. Mesmo garantido em legislação, pesquisas recentes apontam que cerca de 30% de crianças nascidas no Brasil ficam sem o reconhecimento da paternidade. Este estudo buscou contemplar o reconhecimento da paternidade e a educação como direitos fundamentais da criança e foi realizado pela Promotoria de Infância e Juventude de Presidente Prudente e a FCT-UNESP. Teve como objetivos: quantificar e caracterizar as crianças de 1º a 4º séries do ensino fundamental público, que não possuem a paternidade reconhecida em duas escolas municipais; identificar os motivos do não reconhecimento da paternidade; buscar o reconhecimento através do Ministério Público e do Poder Judiciário. Para tanto, a partir da utilização do mapa da exclusão social do município de Presidente Prudente procedemos a escolha das duas escolas municipais. Nestas escolas foi encontrado um universo de 66 crianças sem paternidade reconhecida. Realizamos a investigação social das crianças e das genitoras, fazendo uso de questionários socioeconômicos, preenchidos através de visitas domiciliares. Constatou-se que mesmo sendo assegurado na legislação o direito ao reconhecimento da paternidade, as genitoras estão mais preocupadas com a questão econômica como principal objetivo do reconhecimento.

Palavras – Chave: Reconhecimento de Paternidade – Direito da Criança – Inclusão Educacional.

Núcleo de Ensino/PROGRAD/Reitoria/UNESP.